

EDUCAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA: DAS RELAÇÕES CONCEITUAIS ÀS REFLEXÕES SOBRE DIDÁTICA, CURRÍCULO E ATUAÇÃO DOCENTE

Vanessa de Souza Rezende
Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte

Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação - Faculdade de Inhumas - FacMais
Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação - Faculdade de Inhumas - FacMais

RESUMO: O objetivo desse artigo é retomar algumas teorias, conceitos e concepções acerca da educação, da pedagogia e das práticas educativas com base nos fundamentos de José Carlos Libâneo e Demerval Saviani permeados pela questão das práticas pedagógicas e problematizadas pela subjetividade do campo educacional diante das metodologias de ensino. São apresentados os princípios e a estrutura conceitual da teoria de educação, levando em conta ainda alguns impasses na prática docente, no que diz respeito à dicotomia relacionada à didática e ao currículo, associadas à prática docente, concluindo com uma análise das possibilidades de mudanças qualitativas no papel do professor.

ABSTRACT: The objective of this article is to resume some theories, concepts and conceptions about education, pedagogy and educational practices based on the foundations of José Carlos Libâneo and Demerval Saviani permeated by the question of pedagogical practices and problematized by the subjectivity of the educational field in the face of teaching methodologies. The principles and conceptual structure of the theory of education are presented, taking into account also some impasses in teaching practice, with regard to the dichotomy related to didactics and the curriculum, associated with teaching practice, concluding with an analysis of the possibilities of qualitative changes in the teacher's role.

Palavras-chave: Educação - Pedagogia - Escola - Prática educativa - Subjetividade - Currículo - Ressignificação

Keywords: Education - Pedagogy - School - Educational practice - Subjectivity - Curriculum - Resignification

Como citar o artigo: REZENDE, V.S; CHAMPANGNATTE, D. M. O. EDUCAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA: DAS
RELAÇÕES CONCEITUAIS ÀS REFLEXÕES SOBRE DIDÁTICA, CURRÍCULO E ATUAÇÃO DOCENTE. Revista Científica
Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia, v.2. n. 2. 2021. DOI:

EDUCAÇÃO, CONCEITOS E CONCEPÇÕES

A educação é um fenômeno cultural. Um processo contínuo de desenvolvimento humano. Esse processo acontece de maneiras diferentes em todos os espaços sociais. Geralmente, a educação pode servir à classe dominante, mas também é considerada uma força motriz para o crescimento, integração efetiva na sociedade e libertação humana.

As definições de educação são tão variadas quanto são as correntes e os autores que se dedicaram ao seu estudo. A educação constitui-se de uma prática social, que atua sobre a formação e o desenvolvimento do ser humano. Constitui um processo de aprendizagem associado às

Fonte de financiamento: Não possui.
Conflito de interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse.
E-mail do autor: vanessarezende@aluno.facmais.edu.br
Data de recebido: 10/12/2020
Data de aprovado: 14/01/2021
Editor: Marcelo Máximo Purificação.

<LicensePara>: Tipo de licença. Caso não utilize a licença CC-BY, será necessário alterar o selo ao lado.



formações escolar, familiar e social. Pode, portanto, ser formal ou informal. É válido destacar que a educação não se limita à instrução ou à transmissão de conhecimento; compreende o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, aprimorando habilidades e competências. É uma prática que visa mudanças qualitativas na aprendizagem escolar e na personalidade do indivíduo.

Libâneo (2002, p.26) define a educação como “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. O autor identifica a prática pedagógica em seus variados meios de ocorrência.

Seja como for, as definições se movem em torno de uma perspectiva ampla e contemplam modalidades diferenciadas. A caracterização dessas modalidades de práticas educativas leva em consideração algumas observações: elementos, objetivos, grau de institucionalidade, estruturação e sistematicidade, além das expectativas.

O lugar por excelência da educação é a escola. Foi criada histórica e socialmente para a transmissão e conhecimentos, valores e princípios, objetivando o desenvolvimento de habilidades necessárias ao processo de integração social e cultural.

Segundo Libâneo (2007), são três os objetivos da escola: (1) “a preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional; (2) formação para a cidadania crítica e participativa; (3) formação ética”. Em relação ao primeiro objetivo, a escola deverá preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, inseri-lo no meio tecnológico, capacitá-lo para a compreensão e uso das novas tecnologias, bem como promover a sua formação sociocultural. O segundo objetivo aponta para a formação de um aluno capaz de exercer a cidadania, compreender e aplicar os direitos de cada indivíduo, ser crítico e participar dos processos de transformação da sociedade, opinando, interferindo positivamente. Por último, o terceiro objetivo aponta para uma formação ética, que compreenda os valores morais, a ideia de limites, certo e errado.

A educação pode ser objeto de estudo de várias ciências, o fenômeno educativo é um processo pluridimensional que pode ser explicado e compreendido sob vários olhares: antropológico, sociológico, econômico, psicológico, biológico, histórico e pedagógico.

Levando-se em conta que a sociedade coloca a exigência do domínio de determinado tipo de conhecimento, o conhecimento sistematizado, a tarefa da educação será a de viabilizar o acesso a esse bem cultural que “integra o conjunto dos meios de produção” (SAVIANI, 2003, p. 143). Suscintamente, Saviani, em diversos momentos de sua obra, enfatiza a importância da educação escolar na sociedade contemporânea, embora reconheça o papel que outras instituições, além da escola, desempenham no processo de formação humana. Segundo o pensamento de Saviani, a escola é a instituição socializadora do conhecimento por excelência, apesar de os espaços não escolares sediarem também processos educativos. A escola representa o espaço de socialização dos conhecimentos elaborados pelo homem ao longo dos séculos (Saviani, 2003).

Segundo Saviani, à educação caberia desempenhar, então, “o papel de reforçamento dos laços sociais, na medida em que for capaz de sistematizar a tendência à inovação”, o que só seria possível “voltando-se para as formas de convivência que se desenvolvem no seio dos diversos grupos sociais estimulando-os na sua originalidade e promovendo o intercâmbio entre eles” (SAVIANI, 1986, p. 131). Desse modo, considerando o pensamento de Saviani, a escola deve se ocupar dos conteúdos científicos (episteme), ou seja, do saber metódico, elaborado, sistematizado. Assim, o autor delimita muito claramente o papel e o sentido da existência de uma



instituição como a escola: ela existe para transmitir, não o senso comum ou opiniões, e sim, o conhecimento científico.

Na concepção de Saviani, a educação escolar é entendida enquanto instrumento de luta, a fim de estabelecer uma nova relação hegemônica que contribua na transformação de um novo bloco histórico, mas sob a direção da classe proletária e não da classe capitalista. E os elementos que indicam a função social da educação escolar são: (I) elevar o nível cultural das classes populares. E aqui se encontra a importância fundamental da educação escolar; (II) fazer a crítica da concepção dominante, isto é, as ideologias da classe burguesa; (III) trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido, o bom senso, e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, [1980] 2013, p. 3-4). Esses três elementos que indicam a função social da educação escolar se relacionam de forma orgânica. É essa relação que se explica do seguinte modo: a função social da educação escolar é propiciar condições para elevar o nível cultural das classes populares, mas para isso, antes, é necessário possibilitar nas classes populares à consciência de classe. E a consciência de classe começa por meio do indivíduo singular. É a partir desse indivíduo que a educação escolar passa a exercer a sua função social de maneira legítima, isto é, quando o seu trabalho, que se faz por meio do conhecimento sistematizado e, em consequência, requer determinado conteúdo científico, cultural, econômico, lúdico, etc. possibilita que o aluno se torne consciente dos seus atos.

A história da pedagogia traz consigo experiências, análise, práticas e resultados positivos entre outras tantas dificuldades, incertezas e embaraços. Boa parte das políticas educacionais vem fracassando porque não partem da realidade da escola, das demandas da escola, do ensino, da aprendizagem. Estabeleceu-se uma ideia de que os problemas da educação podem ser resolvidos de fora para dentro das instituições.

Nos campos das ciências humanas e sociais, as tomadas de decisão permeiam definições arbitrárias. Há um descaso com a pedagogia e não há o protagonismo do modo de ver pedagógico. Este olhar pedagógico foi substituído por métodos burocráticos, políticos e econômicos. Na estratégia de ação política, a análise externa se sobrepõe à análise interna. As visões de sociólogos e políticos e a omissão de pedagogos.

A pedagogia é o campo científico da educação. Desse modo, Libâneo defende um modelo de pesquisa descrito por Saviani no qual a educação é o ponto de partida e o ponto de chegada da investigação, passando pelas práticas educativas. O que permitirá colocar em destaque o verdadeiro papel da escola elementar: “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2005, p. 14). Assim, a escola deve se ocupar com o saber ordenado, metódico. A esse respeito, Saviani (2005), remetendo-se aos gregos, afirma que:

Não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, é exatamente o saber metódico, sistematizado. A esse respeito, é ilustrativo o modo como os gregos consideravam essa questão. Em grego temos três palavras referentes ao fenômeno do conhecimento: doxa, sofia e episteme. Doxa significa opinião, isto é, o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro, misto de verdade e de erro. Sofia é a sabedoria fundada numa longa experiência da vida. É nesse sentido que se diz que os velhos são sábios e que os jovens devem ouvir seus conselhos. Finalmente, episteme significa ciência, isto é, o conhecimento metódico e sistematizado. Conseqüentemente, se do ponto de vista da sofia um velho é sempre mais sábio que um jovem, do ponto de vista da episteme um jovem pode ser mais sábio do que um velho (SAVIANI, 2005, p. 14-15).



Idealizador da Pedagogia por ele denominada Histórico-Crítica, Dermeval Saviani defende que uma das funções da escola é possibilitar o acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados. O problema é o caráter mecânico dessa transmissão, isto é, o fato dela ser feita desligada das razões que a justificam e sem que os professores disponham de critérios para discernir entre aqueles conhecimentos que precisam ser transmitidos e aqueles que não precisam. Segundo Saviani, isso abre espaço para sobrecarregar os currículos com conteúdo irrelevantes ou cuja relevância não é alcançada pelos professores, o que os impede de motivar os alunos a se empenhar na sua aprendizagem.

E quando mencionamos que, na pedagogia histórico-crítica a função social da educação escolar é contribuir na transformação de um novo bloco histórico a favor das classes populares, o sentido atribuído à palavra transformação é preciso. A noção de transformação, na concepção de Saviani, procura articular a educação escolar com a mudança de determinada estrutura social, ou seja, “[...] com a mudança do próprio modo de produção da existência humana. Isso significa, na atual etapa histórica, a superação do modo de produção capitalista e a instauração do modo de produção socialista” (SAVIANI, 2013, p. 114).

Precisamente, na pedagogia histórico-crítica a função social da educação escolar é de hegemonia-política, mas a favor das classes populares. Essa afirmação justifica-se por meio da “Introdução” do livro Educação: do senso comum à consciência filosófica (SAVIANI, [1980] 2013, p. 1-9). E o caráter atribuído à função social da educação escolar pode ser compreendido, de modo preciso, quando Saviani argumenta:

Considerando-se que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (idem, p.31), cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita construir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletário. Mas o proletário não pode erigir-se em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido (o bom senso) e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, [1980] 2013, p. 3-4).

Segundo Libâneo, a pedagogia é um campo científico que tem como objeto de estudo as práticas educativas. Todas as pesquisas visam a compreensão e o aprimoramento das ações educativas, dos processos formativos do ser humano. Nesse sentido, a aprendizagem é uma mudança na capacidade de agir do ser humano e a educação é uma atividade histórica de transformação e desenvolvimento do ser humano.

A prática educativa é uma ação coletiva destinada a cumprir os fins específicos da educação, os quais variam segundo as concepções pedagógicas vigentes em cada época e, principalmente, as opções políticas que com elas se afinam. Logo, os fins da educação dependem do papel que lhe é atribuído pela sociedade organizada e seus problemas, ambos pertencentes a contextos históricos específicos, nos quais a educação assume uma função política.

Sobre a intencionalidade educativa, podemos avaliar as principais características do ato educativo intencional, segundo Libâneo (2002):

“Há, pois, duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo, a de ser uma prática social. No primeiro caso, sendo a



educação uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade, ou seja, há sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. No segundo caso, a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte. Isso quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais.”

Saviani defende que é exatamente na medida em que os professores conseguem lidar criticamente com os conhecimentos disponíveis, distinguindo entre o que é pedagogicamente relevante e o que não o é, que eles ganham condições de produzir seus próprios conhecimentos e, assim, o seu ensino deixa de ser mera transmissão incorporando também uma contribuição original.

Aos educadores não basta dedicar-se apenas aos aspectos internos da escola e do ensino, é preciso que saibam fazer ligações entre esses aspectos internos do funcionamento da escola com a realidade social mais que caracteriza uma sociedade, compreendendo o sentido das finalidades escolares numa perspectiva sócio-histórica. Os dirigentes escolares e os professores precisam compreender que, se por um lado, a escola está inserida num sistema social e político, por outro, as diretrizes curriculares e normativas não podem retirar deles a autonomia e a liberdade no seu trabalho.

O CARÁTER SUBJETIVO DA EDUCAÇÃO

O estudo da educação está diretamente relacionado ao seu caráter subjetivo, do qual muitos são os fatores que influenciam efetivamente em seu resultado final. O debate sobre as políticas educacionais e curriculares é inseparável da questão das finalidades e objetivos da educação escolar.

No cenário educacional brasileiro, constitucionalmente, existe a possibilidade de atuarem diferentes concepções pedagógicas. Sendo assim, coexistem concepções liberais e progressistas de educação, que por sua vez influenciam na administração, organização e gestão escolar. Entretanto, as concepções liberais estão superadas pelas concepções progressistas e socio críticas. Estas, por sua vez requerem uma postura renovada do gestor escolar, caracterizada pelo abandono da centralização do poder, da burocracia, do conservadorismo e, abraçando uma postura mais dialógica, de divisão das responsabilidades, do estabelecimento de uma administração que envolva todas as pessoas que compõem a estrutura, que direta ou indiretamente estão ligadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Nos dias atuais, existe a necessidade de adaptações e mudanças no contexto educacional, onde há a necessidade de interação entre alunos e professores. Vale ressaltar que, é fundamental a atualização de conteúdos elaborados em sala de aula e o modo em que a didática é aplicada.

A valorização da experiência subjetiva e da pluralidade de linguagens realça a importância das relações comunicativas, do diálogo, do entendimento linguístico e da busca de consenso nos processos de tomada de decisão. Pelo menos seis elementos do processo educativo devem ser observados :a intencionalidade, os conteúdos, as intervenções educativas, o ensino e as formas de organização. O ato educativo tem um caráter mediador, as práticas educativas podem contribuir para a internalização da cultura histórico-social, os saberes e os modos de ação; construindo uma relação com o meio social, para uma formação intelectual e ativa.



Pensar dessa forma abre espaço para refletir sobre a subjetividade de cada um. Portanto, é necessário que se valorize práticas educacionais que estimulem novos conhecimentos com significado, dispondo de novos contextos para os profissionais na docência construir identidades e novos saberes.

As subjetividades estabelecem como base nas representações e construções do modo como se apresentam, assim, criam expectativas, motivações e desejos. Transformar, transmutar o que se passa na mente das pessoas, pela participação da educação.

A subjetividade é constituída pela relação do sujeito com sua própria história e com a história dos outros, permeada por sonhos, desejos, desafios e frustrações. O sujeito social é produzido na relação com a sociedade e é o receptor das informações de que necessita. O sujeito da subjetividade vem de uma sociedade competitiva e cheia de inquietudes. E é por esse tipo de relações que, o ser humano cresce e surge a sua identidade pessoal, o seu eu, no qual se reconhece como ser, pessoa, indivíduo e constrói sua autoimagem. O âmbito escolar, está relacionado com a construção da subjetividade e tem que haver coerência e lógica em seus recursos.

Em nome dessa subjetividade, é necessário ressignificar o papel do professor, enquanto transmissor de conhecimentos e saberes, criando oportunidades que levem em consideração as diversidades. A subjetividade está nessas diferenças, para promover identidades coletivas e individuais, como gancho para novas linhas pedagógicas e sociais, que são necessárias na formação do cidadão.

Assim, nessa perspectiva, o sujeito que aprende expressa a subjetividade nos diferentes espaços sociais em que vive no processo de aprender. Nenhuma atividade humana resulta uma atividade isolada do conjunto de sentidos que caracterizam o sujeito, portanto, a educação constitui a subjetividade do indivíduo e é ao mesmo tempo constituída por ele, conduzindo a uma representação histórico-social.

A compreensão do lugar da subjetividade na educação nos conduz a uma negação, por um lado, da naturalização dos processos associados com à educação, e por outro, nos faz compreender os diferentes momentos do processo educativo através processo de significação e sentido gerados em diferentes campos da estrutura social. Esta compreensão leva a superação de um conjunto de dicotomias que historicamente tem estado na compreensão da educação, como a dicotomia entre o social e o individual, o afetivo e o cognitivo, a teoria e a prática, a didática e o currículo.

A educação reflete subjetivamente o modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam em sua sociedade. As diferentes formas de educação reproduzem, por sua vez, o saber que atravessa esses mesmos grupos sociais, seus códigos sociais de conduta, suas regras, suas tradições, sua arte, religião, artesanato ou tecnologia, tudo o que um povo necessita para reinventar constantemente a vida do grupo e que ajuda a explicar às futuras gerações a necessidade da existência de sua ordem. Nesta perspectiva, cabe refletir sobre o papel da educação no contexto brasileiro, na conjuntura socioeconômica da presente era da informação. Como sabemos, o conceito de ensino dá ênfase à transmissão de conteúdos curriculares e de conhecimentos, e isso coloca em evidência tanto as vertentes do processo de ensino-aprendizagem quanto seus pontos fortes e pontos fracos. Analisando os fatores que contribuem para o sucesso escolar, é aceitável considerar



o planejamento curricular cuidadoso como um dos principais responsáveis por esse sucesso, elemento fundamental da sistematização dos saberes, como explica Saviani,

A educação escolar está ligada ao desenvolvimento e ao acesso da população a um saber sistematizado, de base científica. Para ter acesso a um saber não elaborado, a população não precisa de escola, parte de suas próprias vivências. A cultura letrada não se aprende de forma espontânea, tem que haver processos sistematizados, formais, é esse o papel fundamental da escola. Os currículos têm de ser organizados levando em conta esse dado e buscando selecionar, no conjunto dos conhecimentos elaborados da cultura letrada, os elementos fundamentais que permitam às crianças e aos jovens, adquirindo-os, ingressar nesse universo e ganhar autonomia para serem capazes de por si próprios aprender e conhecer outros aspectos. (SAVIANI, 2007)

DIDÁTICA, CURRÍCULO E ATUAÇÃO DOCENTE

Antes de fazer uma retórica sobre o assunto, precisamos entender como se constituiu a história da educação e as relações entre currículo e didática no que se refere à concretização de finalidades educativas escolares e políticas educacionais nas escolas:

A ideia mais elementar a esse respeito é de que durante longo tempo na história da educação, pelo menos até o início do século XX, a didática englobava o currículo. Ou seja, na clássica figura dos elementos do triângulo didático – o que ensinar, quem ensina, quem aprende – o currículo ficava com a parte “o que ensinar”. O aprofundamento de questões teóricas específicas do currículo no início do século XX levou a que, por volta dos anos 1950, fosse constituído nos Estados Unidos um campo teórico específico denominado “currículo”, separado da didática, adquirindo status de constituir-se numa visão mais moderna do que o campo da didática, tida como visão antiquada. (LIBÂNEO, 2019)

O campo do Currículo, a partir do diálogo com as teorias sociais críticas das décadas de 1970 e 1980 e da emergência do pensamento pós-crítico dos anos 1990 e seus desdobramentos no século XXI vem produzindo inúmeras abordagens que extrapolam em muito as questões clássicas colocadas pelas teorias tradicionais ou mesmo por outras perspectivas que associam de modo imediato currículo com ação pedagógica. Nos dias de hoje, o campo se caracteriza mais pelas novas epistemologias e discursos teóricos do que por qualquer vínculo imediatista com o fazer pedagógico concreto.

O currículo seria o campo de estudos que se dedica a pensar o que ensinar, selecionar e organizar conteúdos de ensino. A associação automática entre as escolhas sobre o que ensinar e o como fazê-lo criam uma zona de conforto para pensar e falar sobre as relações entre um e outro campo. Por outro lado, o desconforto e a dificuldade surgem quando percebermos que este mundo paradisíaco em que a indissociabilidade entre didática e currículo se coloca como zona de conforto ideal é ameaçado pelo aprofundamento e complexificação das reflexões em um e outro campo.

Julgo importante para a compreensão do tema em pauta, refletir acerca das confluências e divergências do campo de estudo de cada uma das áreas, suas características, como também as subjetividades da experiência pessoal e cultural que envolve o Currículo, a Didática, e o princípio da distinção estabelecida entre eles, nas palavras de Libâneo:

Embora sejam conhecidas as disputas de campo entre currículo e didática, foi um especialista em currículo, Michael Young, quem formulou de um modo muito claro a distinção e, ao mesmo tempo, a complementaridade entre currículo e didática. Ele escreveu que se trata de dois conceitos crucialmente distintos. O currículo refere-se a conhecimentos que um país considera importantes de serem dominados por todos os estudantes, sua função é estipular os conceitos importantes aos quais os alunos precisam ter acesso. A didática compõe as atividades dos professores para motivar os alunos e ajudá-los a se engajarem no currículo e torná-lo significativo. (LIBÂNEO, 2019)



Libâneo defende, enfim, que currículo e didática são áreas de conhecimento autônomas, porém, complementares. O currículo expressa concretamente finalidades sociais e culturais estabelecidos para a educação escolar de um país, num dado contexto histórico e social, que indica os conhecimentos necessários para que os alunos aprendam.

Quanto à Didática, para José Carlos Libâneo (2012) o autor esclarece ainda que, embora próximas, a Pedagogia e a didática não são sinônimos. Defende a ideia de que a Pedagogia “é uma reflexão sobre a atividade educativa, uma orientação para a prática educativa, uma direção de sentido das práticas de formação humana”. Depois define o que entende como sendo o próprio da Didática.

A didática, assim, realiza objetivos e modos de intervenção pedagógicos em situações específicas de ensino e aprendizagem. Tem como objeto de estudo o processo de ensino-aprendizagem em sua globalidade, isto é, suas finalidades sociais e pedagógicas, os princípios, as condições e os meios da direção e organização do ensino e da aprendizagem, pelos quais se assegura a mediação docente de objetivos, conteúdos, métodos, formas de gestão do ensino, tendo em vista a apropriação das experiências humanas social e historicamente desenvolvidas. (LIBÂNEO, 2012)

O campo da didática há tempos não pode ser identificado apenas com a busca de bons métodos do ensino. Assumiu um perfil mais crítico, voltado para a compreensão ampliada e aprofundada das escolhas e dos seus significados políticos, sociais e epistemológicos, saindo do campo da mera técnica de ensino.

Essas relações didáticas básicas expressam, historicamente, o duplo caráter da didática: um conteúdo que se ensina e um aluno que aprende com suas condições individuais e sociais de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, um aspecto lógico e outro psicológico e ético. Entretanto, o centro do didático é o conhecimento, pois o ensino tem por função ajudar o aluno a desenvolver seu próprio processo de conhecimento. O ensino, portanto, diz respeito ao aspecto docente do processo de conhecimento.

Em relação às divergências entre Didática e Currículo, Libâneo (2002) destaca a descrença dos teóricos críticos do Currículo quanto à importância dos conteúdos escolares. Desse modo, é necessário esclarecer que, a argumentação de Libâneo em defesa dos conteúdos, está centrada na abordagem crítico-social, na qual o autor considera “as implicações de seus determinantes históricos e sociais”, reconhecendo a importância de analisar os elementos explicitados pelos teóricos críticos do Currículo como também a ideologia que permeia as disciplinas e as práticas escolares. Na realidade, Libâneo reconhece a importância do “saber sistematizado e a aquisição de conhecimentos”, mas também a habilidade de os alunos lidarem “criticamente com eles, inclusive ligando-os ao seu mundo vivido”.

Na escola, trata-se, portanto, de introduzir os alunos no mundo do conhecimento e do aprimoramento de sua capacidade de pensar e, ao mesmo tempo, à medida que a escola lida com sujeitos diferentes, considerar no ensino a coexistência das diferenças, a interação entre indivíduos de identidades culturais distintas. Eis, então, três elementos absolutamente imprescindíveis para que o ensino esteja à altura dessa missão da escola: a) promoção do desenvolvimento das capacidades intelectuais por meio dos conteúdos; b) consideração das características individuais e sociais do aluno; c) consideração dos fatores socioculturais e institucionais da aprendizagem. (Libâneo 2002)

No Brasil, as políticas educacionais e o currículo incorporados estão (e desde muito tempo estiveram) sob influência de organismos internacionais desde 1990, e isso vêm afetando



negativamente o funcionamento interno das escolas e o trabalho pedagógico-didático dos professores. Na medida em que a educação escolar fica restrita a objetivos de solução de problemas sociais e econômicos com os critérios do mercado, fica comprometido o seu papel em relação a seus objetivos prioritários de ensinar conteúdos e promover o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos.

Estas considerações mostram que a atividade dos professores na escola é inteiramente vinculada a decisões que se sobrepõem ao seu trabalho, o que não significa necessariamente reprodução instantânea dessas decisões. Por um lado, as escolas, enquanto integrantes do todo social, são influenciadas pelas políticas educacionais, legislações, diretrizes curriculares, orientações sobre desempenho profissional, trazendo consigo significados sociais e políticos que incidem nas ideias, atitudes, modos de agir de dirigentes escolares, professores e alunos. Por outro lado, a existência formal das políticas não impede a ocorrência de resistências e interpretações a essas políticas por parte de dirigentes escolares, professores e pais. Assim, a escola e seus agentes educativos podem avaliar a pertinência de determinações oficiais, ou seja, o grau em que atendem a critérios de justiça, inclusão social, direitos de escolarização, sabendo que sempre haverá tensões em torno das decisões do sistema educacional e as decisões tomadas no âmbito da escola, trazendo ainda muitas divergências sobre esse assunto e no que tange à autonomia dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem como princípio formar pessoas, constituir indivíduos e identidades, sendo que a prática educativa deva se ocupar em promover o desenvolvimento cognitivo e a formação humana na subjetividade e identidade pessoal, o acolhimento à diversidade social e cultural preparando os para a cidadania, com autonomia e responsabilidade, primordial que a educação contemporânea consiga trabalhar num contexto social mais amplo. No contexto de diversidades, é necessário ampliar a pesquisa e a discussão sobre a finalidade da educação escolar, a fim de estabelecer padrões nacionais claros de qualidade dos projetos de ensino e formação a serem implementados, para fazer frente às influências indesejáveis que fazem parte dos organismos internacionais.

No campo da Educação, propostas interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares são objetivos perseguidos para superar a fragmentação curricular e atender às necessidades básicas curriculares. Diante de uma proposta de atuação mais eficaz dos docentes, a nova escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informações e transformar num lugar de análise crítica e produção de informações, com atribuição de significados, como diria o próprio Libâneo.

Nesse sentido é possível explorar o poder que o docente tem em cooperar e produzir uma pedagogia para a reconstrução social e individual, de tecer olhar crítico e impessoal, revendo valores, buscando novos paradigmas diante da necessidade da educação para a inclusão social e das multidiversidades encontradas na escola e na sociedade contemporânea em processos de exclusão e inclusão.



Sabe-se que há uma tensa discussão nas teorias do currículo sobre os conteúdos que realmente importam para serem desenvolvidos em sala de aula com os estudantes. Pensar um currículo escolar que atenda as distintas realidades é permitir aos alunos o acesso às múltiplas experiências, valores, costumes e saberes culturais.

Ressignificar o currículo escolar, na perspectiva de sistematização do trabalho docente, é permitir que os saberes diversos que compõem os grupos sociais e culturais diversificados que estejam presentes no currículo vivenciado pelos estudantes e professores. É gerar novos significados e sentidos aos saberes, é repensar e construir um currículo que não silencie as distintas realidades.

Tão importante quanto a concepção de ser humano que se quer formar, é apresentar uma concepção do conhecimento relacional em que as áreas do conhecimento – e seus conteúdos, métodos e visões de mundo – possam ser apreendidos com maior integração.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José C. **Didática e epistemologia: para além do debate entre a didática e as didáticas específicas**. In: VEIGA, Ilma P. A.; D'ÁVILA, Cristina (orgs.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas (SP): Papyrus, 2008.

_____. **Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática**. In: LIBÂNEO, J. C.; ROSA, S. V.; SUANNO, M. V. R.; ECHALAR, A. D. L. (Orgs.). Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: CEPED/Espaço Acadêmico, 2019.

_____. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo. Editora Cortez, 2002.

_____. **O campo teórico-investigativo da pedagogia, a pós-graduação em educação e a pesquisa pedagógica**. Revista Educativa (UCG), Goiânia, vol. 11, no 1 (2008).

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011. (Memória da educação).

_____. **Escola e democracia**. 36.ed. Campinas: Autores Associados, 1983.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, vol. 12, n. 34, 152-180, 2007.

Informações sobre os autores:

V.S.R.: Mestranda em Educação PPGE - FACMAIS – Faculdade de Inhumas (2020). Possui graduação em Letras – Português/Inglês pela UEG – Câmpus Inhumas (2005). Especialista em Gestão Escolar pela FABEC – Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2013). Membro do GT-16 da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Pesquisa sobre Novas Tecnologias e Políticas de Formação de Professores. Faz parte do quadro efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Atua como Coordenadora Pedagógica e Professora de Língua inglesa no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco em Inhumas-Go. vannessarezende@aluno.facmais.edu.br

D.M.O.C.: Pós-Doutor em Comunicação e Doutor em Educação pela UERJ; Mestre em Educação pela UNESA; Bacharel em Comunicação Social - Cinema pela UFF-RJ e Licenciado em Pedagogia pela Alfamérica. Dostoiowski é Professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Faculdade de Inhumas-FacMais (Goiás), no qual, atualmente, tem cinco orientações de mestrado em andamento. Dostoiowski também atua no Centro Universitário Cambury (Goiânia), onde é Coordenador dos Cursos de Fotografia e Marketing e também é Professor de disciplinas dessas Graduações. Dostoiowski foi



Professor-Pesquisador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, no qual orientou cinco Dissertações de Mestrado. Nessa mesma Universidade, foi Professor do curso de Publicidade, por nove anos, atuando em disciplinas teóricas, de produção audiovisual e do eixo de marketing. Foi Coordenador de importantes Projetos de Extensão como o Curta-Documentário sobre Ciência e o Festival de Curtas e Vídeos Publicitários. Assim como, integrou o Núcleo de Educação a Distância, como Coordenador de Disciplinas. Dostoiowski tem Artigos Científicos publicados em importantes periódicos, como, por exemplo, na Educação em Revista - UFMG, na Revista Avaliação e na Revista Educação (UFSM), todas Conceito Qualis A1. Dostoiowski Champangnatte é Roteirista, Produtor e Diretor de Cinema, entre seus principais trabalhos estão os roteiros de Fala Sério, Mãe!, que fez mais de 03 milhões de espectadores em 2018; Rogéria, vencedor do prêmio de Melhor Filme do Júri no Los Angeles Brazilian Film Festival (2018) e Jorginho Guinle (2019) - docudrama sobre o célebre playboy carioca. dostoiowski@facmais.edu.br